

OUTROS SERTÕES: A BAHIA DE EURICO ALVES

Valter Guimarães Soares

Prof. Auxiliar do Dep. de Educação

Mestrando em Literatura e Diversidade Cultural (UEFS)

E-mail: vgsoares@uefs.br

Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação

Tel./Fax (75) 224-8084 - BR 116 - KM 03,

Campus - Feira de Santana/BA - CEP 44031-460

RESUMO — *O sertão, espacialidade da Bahia e do Nordeste, ao qual associamos imagens como o forró, a festa junina, o clientelismo político, a seca e a miséria, é uma invenção recente. Historicamente, o sertão foi deixando de ser um lugar que expressava o genérico, um todo não-marítimo, e passa ocupar um espaço com fronteiras geográficas e perfil social definidos. Este artigo analisa a obra Fidalgos e vaqueiros, discutindo como o sertão é representado e vai sendo inscrito na geografia imaginária da Bahia.*

PALAVRAS-CHAVE: *Sertão; Discurso; Poder.*

ABSTRACT — *The “sertão” or backlands, located in Bahia, Northeast Brazil, to which we attach images such as “forró” (local music and dance style), the June festivals, the “politics of clientage”, droughts, and poverty, is a recent invention. Historically, the “sertão” gradually changed from a place that expressed a vague idea of a non-maritime (inland) whole into a space with defined geographic frontiers and a social profile. This article analyses the essay ‘Fidalgos e vaqueiros’ (‘Noblemen and Cowboys’), by Eurico Alves Boaventura, discussing how the “sertão” is represented and comes to be inscribed in the imaginative geography of Bahia.*

KEY WORDS: *“Sertão”; Discourse; Power.*

Durante muito tempo, o sertão apareceu na imaginação social brasileira como um signo do mesmo. Ora como lugar do inculto, do incivilizado, do tradicionalismo ou da resistência à mudança, do atraso, ou, sob outra perspectiva, como espaço do autêntico, do nacional legítimo, dos traços mais puros do ser brasileiro, o sertão foi sendo construído como não-litoral,

como sinônimo de interior, de deserto, de horizonte aberto e amplo. Um todo genérico e uniforme.

O Nordeste como região e, dentro dele, a espacialidade sertão, que passam a ocupar uma posição no mapa geográfico e simbólico do Brasil, são invenções recentes. Historicamente ao sertão foram sendo acoplados outros significantes: a seca e a miséria talvez sejam os mais significativos. Uma questão que se impõe, então, é inventariar as práticas discursivas e não discursivas que foram constituindo outros sentidos e significados para a sertanidade.

É, a partir do intercruzamento entre o geográfico, o histórico e o lingüístico, que coloco como propósito deste artigo descrever, interpretar e analisar as representações do sertão e do sertanejo na obra *Fidalgos e vaqueiros*, de Eurico Alves BOAVENTURA (1989; doravante EA). De antemão, considero que a obra não rompe com a aquela concepção dualista, mas apresenta uma novidade: ao contrário dos outros discursos “sertanejadores”, é uma fala que se define como **sertaneja**, que se coloca como sendo de **dentro do sertão**. Sugiro que, no cenário baiano, o texto-obra quer operar a fundação de outras Bahias, para além da Capital e seu entorno. É um discurso que busca descortinar a paisagem sertaneja, dar-lhe visibilidade, desocultá-la; um dizer que pretende legitimar um modo de ser, que quer fundar uma identidade, elegendo uma alteridade, um Outro contra o qual se constrói, no caso, o Litoral/Recôncavo.

O texto-obra é aqui tomado como discurso (entendendo as práticas discursivas também como produtoras de realidade), como máquina instauradora de sentidos e significados para a espacialidade sertão. *Fidalgos e vaqueiros* não é mera representação, com maior ou menor fidedignidade, de um lugar geográfico, mas também uma instituição desse lugar que se pretende sertanejo. Isso significa desnaturalizar a geografia, compreender o espaço enquanto construção histórica, como produto de um conjunto de práticas sociais que expressam relações de poder (ALBUQUERQUE JR., 1999). O espaço-sertão não está nem esteve sempre ali, ele não precede a sociedade que o conforma; ele é produto de uma teia de imagens, conceitos e idéias que lhe vão constituindo e construindo em significado,

demarcando suas fronteiras, traçando-lhe um perfil social.

A noção de representação é aqui tomada na perspectiva da história cultural (CHARTIER, 1992). As representações não são neutras, elas expressam relações de força em uma dada estrutura social. Não são um reflexo do real, nem uma antítese dele, mas, os modos como diferentes sujeitos sociais percebem a si próprios, a sua época e ao mundo em que vivem, construindo, a partir dessa percepção, sistemas de identidade, de crenças e de conhecimento.

O AUTOR E A OBRA

Eurico Alves nasceu em Feira de Santana, em 1909. Em 1923, muda-se para Salvador, onde faz o curso ginásial e se forma em Direito, no ano de 1933. Ainda estudante, inicia a produção poética, tendo participado do movimento modernista baiano em torno da Revista Arco&Flecha, cujos participantes defendiam um ideário ambíguo por eles chamado de “tradicionalismo dinâmico”¹. Como magistrado, e depois, juiz concursado, percorre vários municípios do interior da Bahia, entrando em contato com as paisagens sertanejas. Em paralelo, continua a produção literária e de cunho socioantropológico. Retorna a Feira de Santana em 1965, já como aposentado. Faleceu em 1974, na cidade de Salvador (DÓREA, 1999).

A introdução de *Fidalgos e vaqueiros* (doravante FV) é datada de 1953, mas, no final da obra, consta a seguinte inscrição: “Fazenda Fonte Nova, janeiro de 1952/janeiro de 1964”. Sugere Maria Eugênia Boaventura que 1953 tenha sido efetivamente o ano de finalização da “vasta pesquisa sobre a vida do sertão baiano”. Para ela, os doze anos restantes foram utilizados para a refeitura e atualização do texto, sendo “a pesquisa sistemática fuga da aridez do dia a dia dos trabalhos forenses e a atividade predileta do autor nos períodos de férias...” na Fazenda Fonte Nova (BOAVENTURA, 1989; quarta capa). Essa hipótese é bastante razoável, pois observando-se as notas de cada capítulo, pode-se perceber a inclusão de bibliografia posterior àquela data, mas, sempre, de forma complementar e marginal.

FV apresenta, como recorte espacial, Feira de Santana, antiga São José das Itaporocas, e áreas circunvizinhas, embora, muitas vezes, o autor teça, na construção argumentativa, considerações gerais acerca da ocupação do território brasileiro e do sertão nordestino, em particular. Na sua composição, temos um prefácio (transcrição do texto “A aristocracia dos currais” escrito e publicado Wilson Lins no jornal “A Tarde”, de 15 de fevereiro de 1971) , uma introdução, onze partes ou capítulos e ilustrações (fotografias de solares, coronéis e suas esposas – com os quais o autor pretende exemplificar ou chamar a atenção para a indumentária, jóias e roupas de luxo – e alguns documentos históricos: relação de escravos, título de crédito, conta de despesas)².

As primeiras quatro partes do trabalho (“Nômades e Vaqueiros”, “A música dos primeiros aboiados”, “Reticências Esquecidas” e “Paisagem humana do Pastoreio”), tratam da penetração e conquista do interior baiano nos primeiros dois séculos do período colonial, destacando-se a importância da pecuária enquanto fator de alargamento do território e origem da formação social, a qual EA denomina, conforme Capistrano de Abreu, civilização do couro. As quatro seguintes (“Perfil da casa-de-fazenda”, “Fidalgos que sabem aboiar”, “A paisagem decora a casa-de-fazenda”, “Sob a luz dos candeeiros belgas” e “Prestígio social da casa-de-fazenda”) são dedicadas à chamada “civilização do pastoreio”, que se teria gestado no século XVIII e alcançado o seu apogeu no século XIX. Aspectos sociohistóricos, políticos e culturais são inventariados, a exemplo da hipertrofia do poder privado (coronéis) e a participação na vida política da então Província da Bahia, além dos hábitos e costumes da gente sertaneja. Na décima parte (“O adro emoldura a casa-de-fazenda”), EA discute a origem e o desenvolvimento de Feira de Santana, inscrevendo, também aí, perfis da aristocracia do pastoreio naquela área. Por fim, a última parte, como indica o próprio título -“Elegia das sombras que adormecem”- em tom conclusivo, é um canto enlutado e triste à decadência da aristocracia dos currais.

O texto-obra é atravessado por imagens e idéias que buscam legitimar o sertão e sua gente, com base em uma

caracterização negativa do que foi eleito como seu oposto, isto é, o litoral/urbano³. Este pressuposto será desenvolvido mais adiante. Por enquanto, importa destacar que, dada a sua recorrência, o evento discursivo é atravessado por dois temas centrais articulados entre si. São eles: o **isolamento/esquecimento** do sertanejo (ora como denúncia social, ora como explicação do sentimento de auto-suficiência e independência das fazendas - e dos fazendeiros) e **a oposição sertão X litoral**, o primeiro compreendido enquanto lugar da genuinidade do ser brasileiro, como também da bravura e da virilidade; o segundo, como ambiente de degenerescência, da indolência, da inautenticidade.

Em uma época em que ainda não existia uma demarcação precisa entre o discurso científico e o discurso literário, o ensaio sociográfico-literário de EA mescla, com erudição e originalidade, diversos campos de saber; com aboios, cantigas de ninar, os estrumes dos currais, imagens da literatura e do discurso científico da época (história, antropologia, sociologia) compõe um canto saudoso e amoroso ao sertão e à sua gente. Em sua defesa, como num desafio de repentistas, usa, habilmente, a lâmina cortante das palavras.

Como pensamento de transição, não escapa a alguns pressupostos teóricos do paradigma naturalista, retomando temas, conceitos e estratégias que o caracterizam, a exemplo da idéia de raça e do meio como fatores determinantes dos comportamentos sociais. No tocante a este aspecto, como também no que toca à defesa de uma suposta tradição localista e privatista no processo de colonização do Brasil, o interlocutor privilegiado de EA é Oliveira Viana. Mas, também, afasta-se daquele modelo de interpretação, atentando para os condicionamentos históricos e culturais na constituição do sertão e do sertanejo. Nesse sentido, EA se aproxima de algumas teses de Gilberto Freyre, a exemplo da superioridade do mestiço, do caráter dinamizador da família patriarcal no processo colonizador, da tendência ao patrimonialismo como herança portuguesa e da importância da preservação da tradição. Como veremos mais adiante, embora leitor interessado da obra do sociólogo pernambucano, EA vai se contrapor à maioria das suas conclusões, na medida em que elas buscam dar visibilidade à aristocracia

da Zona da Mata pernambucana. De Roberto Simonsen e Nelson Werneck Sodré, EA extrai a idéia, comum naquela época, da presença de estruturas feudais na conformação do Brasil colonial.

Outra marca importante do pensamento de EA é que sua construção é feita fora dos espaços institucionais. Na Bahia, a universidade somente vai surgir em 1946, e os espaços de produção intelectual, a exemplo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e a Academia de Letras da Bahia (ALB), eram dominados pelas elites de Salvador e seu Recôncavo (SILVA, 1997). Talvez isso, e a condição de juiz do interior, tenham impossibilitado um diálogo de Eurico com a intelectualidade baiana da época. Não obstante, não podemos esquecer que, como representante da Justiça, ele constrói sua fala de um lugar social influente e de respeitabilidade pública, o que confere certa legitimidade ao seu discurso. É desse lugar, na posição de representante ilustrado das elites do pastoreio, que EA enuncia seu discurso.

MIRANDO O TEXTO

Anuncia EA, na introdução de FV, que não pretende fazer livro de história, sequer uma interpretação sociológica da gente sertaneja, mas, apenas oferecer o seu testemunho, a sua versão da “história do sertão e dos seus tabaréus”(p.11). Diz ainda que, movido pelo sentimento de amor à terra, escreveu para tabaréus (como ele), e que somente esses poderão gostar da sua obra, ver nela algum significado e, possivelmente, sentir saudade⁴.

Não nos enganemos. Por trás dessa capa de modéstia, esconde-se uma grande ambição. Embora o autor se proponha a evocar modestamente a paisagem sertaneja, o faz ancorado em uma grande pretensão: “Esclarecer o engano de alguns estudiosos do nosso passado” (p.11). Os estudiosos a que se refere Eurico, para citar alguns, são Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Florestan Fernandes, Nina Rodrigues, autores que puseram

em funcionamento poderosas máquinas imagético-discursivas (de)formadoras das identidades do Brasil. No mesmo diapasão daquelas, *Fidalgos e Vaqueiros* é uma obra que pode inscrever EA entre os inventores discursivos da Nação.

Os discursos “sertanejadores” sempre estiveram presentes na construção da idéia de Nação. Eles atravessam o pensamento social brasileiro, desde meados do século XIX até os dias atuais, e têm como característica comum, ou um dos eixos centrais, o dualismo litoral e sertão (VIDAL E SOUZA, 1997; LIMA, 1999). Parte constitutiva da imaginação social sobre o país, essa matriz é marcada, em cada época, por contrastes e ambivalências: o sertão ora é inventado como o lugar do atraso, do inculto, da barbárie, ora é idealizado como lugar autêntico da formação da nacionalidade. Outro traço comum: são sempre discursos cujos narradores habitam o litoral, de onde emitem suas impressões sobre o interior e a gente sertaneja.

As idéias e imagens do sertão de EA também são marcadas pela dualidade litoral e sertão, apesar que, agora, invertendo só os pólos, ou seja, na perspectiva do interior para o litoral. Falando de **dentro do sertão**, insurgindo-se contra certas “dizi-visibilidades” construídas, Eurico apresenta representações de sertão carregadas de positividade. É um canto apologético, de homenagem. Seu discurso, ao mesmo tempo que vai desconstruindo certas maneiras de ver, dizer e pensar o sertão, sejam elas de cunho historiográfico, socioantropológico, sejam literárias, vai tecendo outros sentidos para o **seu lugar, para sua região**; é um dizer que explicitamente se constrói contra o litoral e o urbano. Nele se pinta um retrato-sertão bucólico e idealista: sertão da caatinga ampla e dolorosa, mas, amiga (p. 81), “enorme e bom” (145), lugar da alegria, da melopéia do aboiado; imenso, como um coração, de amplas noites, frescas e calmas (p. 25). Sertão de fazendeiros fidalgos e auto-suficientes, que sabem aboiar e falam grosso, “rosado”(p.57); de vaqueiros orgulhosos, ousados, independentes (p. 45)⁵, dotados da virilidade da vida sadia, no trabalho masculino de vencer a ganância do sol; selecionados pela natureza na luta ingrata contra os seus elementos; “homens de fibra de aço, temperado, batido a golpes de infortúnio” (p. 82). Lugar da valentia, da coragem,

“... de homens sem meios tons nas atitudes, sem vacilações, de atos bruscos, fortes, duros como espinhos de mandacarus. Ásperos como gumes de serrotes de pedra em riste, largados na catanga. Homens verticais como o sol.” (p.159)

Sertão épico e heróico, autêntico, célula máter da nacionalidade⁶, que resistiu ao adocicado do engenho. Em tudo nele, contrasta o Recôncavo/litoral: lugar dos gritos históricos de feitos sádicos, da tristeza da escravidão na amargura do açúcar, dos mangues lamacentos, da indolência, preguiça e ociosidade do branco aristocrata que tinha aversão ao trabalho (p.56), da elite caricata, lírica e contemplativa (p.183).

Ao tematizar o sertão, EA procura romper com um lugar comum nos estudos sociais até aquele período: a idéia da atividade pecuária como complementar à do engenho. Ele defende a centralidade dessa atividade na vida econômica e social do país. Foi, segundo ele, a criação de gado que teceu a unidade nacional. Ao contrário dos paulistas, que agiram, negativamente, como predadores de índios, portanto, como despovoadores, foram os vaqueiros-bandeirantes baianos que civilizaram e ensinaram o verdadeiro sentido da conquista do sertão:

Teve objetivo civilizador a primitiva figura do boiadeiro baiano, indiscutivelmente. Esta, sim, foi a missão da pecuária. Não foi nunca dependente do engenho. Foi a sua proteção, o seu amparo (...) Negá-lo é torcer os fatos, inverter a história (p. 50)

Ao se contrapor aos discursos fundadores da nacionalidade brasileira, EA busca instituir outras verdades para o sertão. Ele se insurge contra o regionalismo paulista que se colocava como superior e se sustentava no “desprezo pelos outros nacionais e no orgulho pela sua ascendência européia e branca” (ALBUQUERQUE JR., 1996: 45) e replica as idéias de G. Freyre, na obra *Casa Grande & Senzala*, que percebeu, na sociedade açucareira da Zona da Mata pernambucana, a célula original da civilização brasileira e generalizou sua análise para todo o passado colonial nordestino e brasileiro. Vale dizer que neste ponto Alves imita o sociólogo pernambucano, pois também generaliza seus estudos sobre a formação e desenvolvimento

da “aristocracia do pastoreio”, cujo recorte espaço-temporal está circunscrito, principalmente, na zona da atual Feira de Santana, para todo interior do Nordeste e, até mesmo, do Brasil.

A exemplo de outros sociógrafos, Eurico Alves pensa uma nação feita de espaço (VIDAL E SOUZA, 1997). Sua obra expõe a história da conquista e ocupação das terras do interior da Bahia, ao mesmo tempo em que vai tecendo os significados econômicos, sociais, culturais, pátrios desta saga bandeirante e suas singularidades e contribuições para a construção da nacionalidade. Embora perceba uma Bahia múltipla (do cacau, das minas), opera um apagamento da diversidade do mundo sertanejo. O sertão é representado como um mesmo, como um espaço homogêneo⁷: “Sertão pastoral! Uma expressão que é a definição de um mundo, de um mundo dentro do Brasil” (p.16), cuja “paisagem inteira é uma só toda ela” (p. 81). Esquecido e desprezado pelos homens do litoral, ali teria se forjado uma nova miscigenação, um laboratório antropológico dos traços mais fundos do ser brasileiro, de um povo vencedor pela sua estupenda adaptação, “um todo único referente à humanidade que nele se escondia” (p. 73).

A figura do vaqueiro como elemento matricial da nacionalidade aparece associada à do mestiço. Na trilha aberta por Gilberto Freyre, EA vê a mestiçagem como um fator positivo, no que se distancia dos discursos naturalistas de Nina Rodrigues e Oliveira Viana, que colocavam as questões ligadas à raça e ao meio como marcadores da diferença entre o Norte e o Sul. Discorda, contudo, do sociólogo pernambucano, quanto ao que, nos versos de Bilac, define como “a flor amorosa das três raças tristes”. Para ele, o caldeamento racial no sertão se deu, basicamente, entre brancos e índios, sendo a participação negra bastante restrita: “formou-se no sertão o tipo brasileiro padrão, o mestiço eugênico...” (p. 73)⁸. Se Oliveira Viana falava de uma pureza maior do sertanejo em relação ao litorâneo, já que nele havia pouco sangue negro e índio, Alves refuta: os mestiços eugênicos têm forte presença do sangue indígena (p.74). Foram eles (os mestiços) que

... abraçaram a terra desconhecida num conúbio de aventura. E veio o Brasil propriamente nascer do seu gesto de coragem, quando

Sitientibus, Feira de Santana, n.24, p.109-126, jan./jun. 2001

saíram a tocar os rebanhos em procura do desconhecido que os horizontes lhes ocultavam.... Das mãos dos mestiços surgia a figura da Pátria (p.43/44).

Aparentemente, a figura do vaqueiro é um elemento central na interpretação de EA. Foi, segundo o autor, seu trabalho viril e o eco triunfal e forte da sua voz no toque das boiadas que fez nascer a vida da pátria (p.15). Foram eles, os vaqueiros, que descobriram as terras ignoradas do sertão, que levaram a civilização para o interior, que marcaram a ferro os meridianos da pátria (p.44), que lançaram o pólen da civilização do pastoreio,

... a vida móvel ou movimentada do vaqueiro criou raízes no chão querido. Foi o alicerce da futura casa-de-fazenda, casa-grande definitiva, que se ostentou garbosa nos nossos campos(p.100).

Civilização pastoral, em tudo diferente do Recôncavo: “Uma outra vida, uma outra economia, uma outra cultura”(17), menos no que se refere à riqueza, à vida fidalga e ao gosto aristocrático da sua gente (p. 16). Opera-se então um deslocamento: civilizando-se o curral emerge a casa da fazenda e o seu senhor. A figura do vaqueiro (que às vezes se confunde com a do proprietário) serve como pretexto para dar visibilidade à aristocracia rural, ou dos currais. A ordem dos agentes no título da obra ganha sentido. Eurico Alves procura traçar uma espécie de biografia coletiva da aristocracia sertaneja baiana, pretende esboçar o retrato de uma sociedade patriarcal naquele momento “envolta na dolorosa legenda do esquecimento” (p.319). Aristocracia fundada na riqueza, no poderio, na autoridade, no orgulho e na tradição familiar (p.101), fidalgos de atitudes e de trabalho, de nobreza verdadeira, de respeito e moral absolutos (p.163)

Como acredita ter feito os vaqueiros bandeirantes baianos com a música selvagem dos aboiados em tempos idos, EA parece querer fazer chegar seu canto aos ouvidos do mar, do Recôncavo. Pretende desocultar o sertão, tirar do esquecimento a realidade construtora do pastoreio, romper com o injustificado silêncio contra a sua história, com a viuvez das bibliotecas no que tange a informes sobre sua vida e sua gente (p.69) . Seu

discurso busca o reconhecimento dos cidadãos, dos “elegantes da beira-mar” (p.420) que não querem perceber corretamente a importância da civilização do pastoreio, que só enxergam a figura escultural e primitiva do vaqueiro, como ornamento e, não, como alicerce da economia nacional (p.24/25); ao mesmo tempo em que denuncia o abandono dos sucessivos governos, o silêncio e a surdez dos estudiosos, que ainda não a projetaram devidamente em ensaios (p.34, 45, 71, 141,156), procura (re)inscrever o sertão e seus fidalgos no mapa e na geografia simbólica/imaginativa da Bahia e do Brasil.

CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Em certo momento da sua obra, contestando a idéia de que o povo brasileiro foi formado por criminosos e degredados, Alves afirma que “é preciso não se ser muito fidalguista, a fim de não cair no estrabismo da parcialidade”(p. 186). Se pensarmos que as percepções do social não são discursos neutros (CHARTIER, 1992:17), não é difícil concordar com a metáfora, aplicando-a ao próprio autor.

Caberia, então, perguntar quais as condições sócio-históricas de produção de *Fidalgos Vaqueiros*, isto é, como para EA, naquele presente, se colocavam em relação às dimensões temporais, passado e futuro, como o autor dialetiza o seu campo de experiência com um horizonte de expectativas ou de espera, que projetos ele pretende legitimar (REIS, 1999: 10).

O texto de EA se inscreve no conjunto de estudos que tentam dar conta do processo de transformações históricas da sociedade brasileira que se processam entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Com efeito, mudanças no campo econômico, político e cultural acometem o país, embora de forma diferenciada. No centro-sul, especialmente em São Paulo, inicia-se o processo de industrialização e urbanização; no cenário político, constata-se a emergência das classes burguesa e proletária, além das classes médias urbanas; crescem os movimentos sociais, tanto de cunho revolucionário, inspirados na revolução russa de 1917, como reformistas de base militar,

cuja expressão maior é o tenentismo. Na esfera das artes, o modernismo coloca em cena novas sensibilidades artísticas e culturais.

O movimento de 30 pode ser tomado como marco da centralização do Estado nacional e do declínio da estrutura de poder de base oligarco-coronelística que predominou durante a chamada República Velha (1889-1930); também pode ser considerado como culminância do processo de hegemonia do Sul sobre o restante do país, o antigo Norte, onde se constata um período de acentuada crise da economia agromercantil e o aprofundamento da dependência e submissão política em relação àquela área do país.

Paralelo a essa demarcação de territórios de poder, de construção de hegemonia política e cultural emergem novas formas de ver e dizer o regional. Analisando a “invenção” do Nordeste enquanto região, DURVAL ALBUQUERQUE Jr. (1997, p.39). assinala que ele é filho da ruína da antiga geografia do país segmentada entre Norte e Sul, ruína decorrente de uma nova sensibilidade diante do espaço e em relação à nação. A interpenetração entre história e espaço, uma das conseqüências da Primeira Guerra (e suas implicações, como a redistribuição do poder mundial, com a ascensão dos EUA e rearrumação do mapa europeu) coloca em crise o paradigma naturalista e suas explicações da sociedade através de fatores geográficos e raciais.

Abre-se, assim, um período em que a “descoberta” do Brasil é novamente colocada em pauta. Renovadas formas de regionalismo, novas maneiras de ver e dizer o que é o Brasil e o que é ser brasileiro, novas construções da identidade nacional são postas em movimento, no forjar de um ideário e de uma imagética do que seria a modernidade e a modernização.

O texto-obra de EA expressa um posicionamento frente ao conjunto de mudanças que se processa no cenário histórico brasileiro. Num momento em que se acentua a crise do poder oligárquico-coronelístico (PANG, 1979) e de retorno ao comando da política baiana das elites do Recôncavo, alijadas temporariamente do poder pela Revolução de 30 (SILVA,1997), seu discurso busca a verdade histórica da Bahia e do sertão. É um trabalho

com a memória, de busca das origens, de reconstituição histórica, numa tentativa de reafirmação de sociabilidades e sensibilidades patriarcais ameaçadas pela ascensão da sociedade urbana e industrial. Um olhar para trás visando, através da História, legitimar e justificar certas práticas e estratégias de exercício do poder. Como afirma ALBUQUERQUE JR. (1997, p.77) referindo--se aos inventores do Nordeste:

A procura por uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado. A identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido às existências cada vez mais sem significado.

Intercalando nacionalidade e tradição, lirismo e saudade, o discurso de EA soluça a desagregação do mundo patriarcal, agrário e pré-capitalista. Expressa uma denúncia da perda de poder, do distanciamento do centro de decisões políticas:

“Na nossa zona, o eclipse do prestígio da fazenda, prestígio social e político, se origina do urbanismo, mormente após a primeira guerra mundial, do impulso comercial da cidade, quando a política sertaneja se firma decisivamente no eleitorado. Passam os pastores apenas a assistentes do espetáculo das cidades. É a vez da rua....Declina-se a gerontocracia....O carro-de-bois deixa caminho aos fordecos de bigode, ou a um escandaloso Mercedes, que, na segunda década do século, agitava as ruas da minha cidade.”(p.412)

EA evoca a história para mostrar que, no sertão, estava o passado glorioso da Bahia, a fonte de tradicionalismo e reduto das nossas etnias mais puras. Ao fazê-lo, impõe um movimento contrário ao das elites intelectuais e políticas do litoral, que elegeram como símbolo o passado do Recôncavo e seus valores aristocráticos (SILVA, 1997). Procura construir uma outra imagem para os coronéis do pastoreio, geralmente

vistos como violentos, retrógrados, autoritários, anacrônicos. Os chefes sertanejos são retratados como figuras heróicas, elementos de ordem e de paz, “cuja evocação não humilha nenhum sertanejo de fibra” (p.362). No sertão ter-se-ia formado um “alto espécimen” social:

No ambiente presidido pelo antigo pastoreio dos solares pastoris, moldou-se, sob o culto da honra, do nome, do caráter, uma robusta civilização, cujo alicerce se afundava no rigorismo de austera moral (p.309)

Para EA, é preciso restituir a verdade histórica, comparando as civilizações do sertão e do litoral. A aristocracia sertaneja teria sido formada na alegria do trabalho, segurando a guiada, “esperando o boi num assomo de masculinidade e coragem serena”. No engenho, ao contrário, vigorava a cadeira-de-balanço e vibrava o chicote como norma aristocrática (p. 383). Ai se teria forjado uma elite caricata, despreparada:

O preparo dos que se dizem formar a nossa elite é diminuto. Frágil. Conheço dessa gente que se doutorou casualmente e nem um livro leu no espaço de dez anos, enquanto se dispunha a ganhar economicamente a vida, segundo espontânea confissão. Preparo por presunção. E conhecimento que mal chega para péssimos discursos de campanhas eleitorais, vazias de expressão e mentirosas. (p. 89/90)

Na crítica explícita às elites do litoral, revela-se a melancolia frente à degradação dos costumes e a perda da tradição. EA lamenta as novas sociabilidades que estão emergindo em decorrência da expansão da vida urbana e industrial, das mudanças no sistema eleitoral e das melhorias nos sistemas de transportes e comunicações, transformações essas que fazem ruir a estrutura de dominação oligarco-coronelista:

E, no pastoreio, cristalizou-se, contudo na sua gente, a serena aristocracia do trabalho, aristocracia pastoril que a República forcejou esquecer inutilmente. Desta atitude negativa do novo regime político do país, a etiologia de tanta derrocada moral da

sociedade. Sobretudo, no período que surgiu depois da revolução de 30, quando se pregou, principalmente pelo exemplo, a falta de atitudes como norma política, a coragem de mentir à palavra dada, de fugir do compromisso aceito, como meio de ascensão e de enriquecer, mesmo com falcaturas de toda parte. Fez acentuar a tendência inaugurada e implementada após a implantação da República. Sentiu, a malhada, o corrosivo efeito desta fase da vida nacional”(p. 209)

Fidalgos e vaqueiros é uma espécie de canto de exilado, de quem se sente estrangeiro em sua própria “terra”. Uma fala de estranhamento diante das transformações sociais operadas pelo modo capitalista de agir e pensar que migra sertão adentro. Diante das mudanças, dos novos hábitos e valores sociais, que se traduzem, por exemplo, no desejo de enriquecimento rápido e nas relações com o gado, que deixa de ter biografia, no abandono da vida pastoril, que se curva diante dos sedutores encantos femininos das cidades, Eurico busca refúgio no passado. No rastro das boiadas, vai cartografando uma geografia sentimental, uma tentativa, talvez, de recompor territórios existenciais que foram solapados pelas correntezas do rio da História. Apaixonado por Feira de Santana (DÓREA, 1999), portão de entrada da civilização do pastoreio, vê com amargura as novas sociabilidades e sensibilidades instauradas pelos influxos urbanos e industriais.

CONCLUSÃO

Uma das conseqüências das transformações históricas que sacudiram a sociedade brasileira nas primeiras décadas deste século foi a emergência de novas formas de ver e dizer o regional. Enquanto discurso regional ancorado na tradição e na saudade, *Fidalgos e vaqueiros* pretende instaurar uma identidade para o sertão e a gente sertaneja, especialmente a fidalga. Para isso, utiliza como estratégia a oposição a um espaço-outro, o litoral/Recôncavo.

Ao inscrever, no sertão, a origem da nacionalidade brasileira, destacando as contribuições civilizadoras da atividade do pastoreio,

EA objetiva recompor, ao menos simbolicamente, com recuso da memória, territórios existenciais e de poder das oligarquias rurais baianas, frente à crise do coronelismo e à retomada, em 1945, do controle do Estado pelas elites do Recôncavo, alijadas do poder pela Revolução de 30. Para isso, evoca a história, busca restaurar ou manter viva a tradição; através da memória procura recompor sensibilidades e sociabilidades transmudadas pela modernidade capitalista.

Insurgindo-se contra o domínio do litoral, EA inscreve o sertão no mapa geográfico e simbólico da Bahia. Instaura, pela palavra, uma outra Bahia: a sertaneja.

NOTAS

- ¹ EA, em entrevista a Ivia Alves(12/03/73) diz que “O Tradicionismo dinâmico significa manter a tradição movimentando-a, agitando-a para não morrer ou não ser apenas decorativa” (OLIVIERI-GODET, 1999: 106).
- ² O uso destes e de outros documentos indica que EA pretende a veracidade histórica, o que parece demonstrar filiação ao positivismo, na medida em que privilegia o uso das fontes empíricas como forma de atestar um dizer que se pretende verdadeiro.
- ³ O texto-obra é atravessado pelo eixo legitimação-deslegitimação, sendo o sertão apresentado como positividade e o litoral-Recôncavo como sua face negativa. A respeito dessa estratégia discursiva ver MIRANDA(1998, 48)
- ⁴ Esta definição de um leitor privilegiado – o tabaréu – vai se desfazendo ao longo do texto. Parece fora de dúvida que as elites do pastoreio constituem audiência privilegiada, na medida em que EA evoca a memória, como veremos adiante, objetivando recompor territórios existenciais, identitários e de poder. Todavia, os recorrentes gritos de alerta, quanto ao “esquecimento” do sertão e sua gente por parte dos estudiosos, nos leva a supor que o discurso também se dirige à intelectualidade e à elite política baianas. Mesmo pretendendo desviar-se da ciência, o discurso de EA se faz dentro dela.
- ⁵ EA, ancorado num pensamento que valoriza a tradição e o patriarcalismo, tende a escamotear as clivagens ou hierarquias sociais. As

relações entre os fidalgos e os vaqueiros, convivência entre desiguais, aparecem como simétricas, marcadas pelo respeito, pela liberdade e solidariedade (nesse aspecto, o jagunço seria o tipo representativo). Diz ele que era mais humano o domínio branco: “O trabalho do campo não humilhava nem diminuía o homem como o do eito[escravo], aos olhos delicados do branco” (p.26).

⁶ Note-se que EA mantém a mitologia da Bahia como berço da civilização brasileira, transportando-a do litoral para o sertão.

⁷ Apesar de apresentar uma concepção genérica do sertão, EA procura inscrever no mapa da Bahia esta espacialidade: “Na origem da civilização do pastoreio, era o sertão – a nossa zona, o nordeste, o vale do Rio de Contas e o amplíssimo vale do Rio São Francisco – uma como página arrancada de humilde livro de penitente asceta” (p. 95). Não se deve esquecer que Bahia sempre foi sinônimo de Salvador e seu entorno. Note-se que, ainda hoje, falar de “cultura baiana”, no mais das vezes, significa referir-se àquele universo cultural.

⁸ EA, na intenção de se contrapor ao Recôncavo ou talvez revelando aí um traço de preconceito racial, tenta operar um apagamento da presença negra no sertão, presença constatada pela maioria dos estudos sobre aquele recorte espacial. A título de ilustração, registre-se que Popino (1968) aponta que em 1950 (ano vizinho ao da conclusão de FV), cerca de 25% da população eram de cor negra.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1992.

DÓREA, Juraci. Eurico Alves e a Feira de Santana. In: OLIVIERI-GODET, Rita (Org.). **A poesia de Eurico Alves: imagens do campo e da cidade**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Fundação Cultural, EGBA, 1999. p.71-80.

Sitientibus, Feira de Santana, n.24, p.109-126, jan./jun. 2001

FAIRCLOUGH, N. Teoria social do discurso. In _____. **Discourse and change**. Tradução Maria Izabel Magalhães. London: Polity Press, 1992

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MIRANDA, Iderval Lima. **Legitimação e deslegitimação no discurso sindical docente**. 1998. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVIERI-GODET, Rita. O sertão e urbe: imagens do arcaico e do moderno na poesia de Eurico Alves. In:_____. **A poesia de Eurico Alves: imagens do campo e da cidade**. Salvador: Sec. da Cultura e Turismo, Fund. Cultural, *EGB*, 1999, p.17-47.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943)**: A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Tradução Arquimedes Pereira Guimarães, Salvador: Itapoã.1968.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RISERIO, Antonio. **Avant-gard na Bahia**. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Paulo Santos. **Luta política, intelectuais e produção do conhecimento histórico**. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIDAL E SOUZA. Candice. **A pátria geográfica**: litoral e sertão no pensamento social brasileiro. Goiânia: ed. UFG, 1997.